

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanco Patrimonial Ativo	3
Balanco Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	8
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração	11
----------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	28
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	31
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	32

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	66.729
Preferenciais	0
Total	66.729
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembleia Geral Ordinária	29/04/2016	Dividendo		Ordinária		0,05614
Reunião do Conselho de Administração	28/12/2016	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,05694

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	91.301	68.981
1.01	Ativo Circulante	2.413	7.276
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.407	6.815
1.01.01.02	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	2.407	6.815
1.01.06	Tributos a Recuperar	0	200
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	0	200
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6	261
1.01.08.03	Outros	6	261
1.01.08.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio	0	256
1.01.08.03.02	Outros	6	5
1.02	Ativo Não Circulante	88.888	61.705
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	57.391	52.135
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	57.391	52.135
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	57.391	52.135
1.02.02	Investimentos	31.497	9.570
1.02.02.01	Participações Societárias	31.497	9.570
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	0	9.570
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	31.497	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	91.301	68.981
2.01	Passivo Circulante	8.919	3.746
2.01.05	Outras Obrigações	8.919	3.746
2.01.05.02	Outros	8.919	3.746
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	8.837	3.708
2.01.05.02.04	Tributos e Contribuições Sociais	42	23
2.01.05.02.20	Outros Passivos Circulantes	40	15
2.02	Passivo Não Circulante	7.395	0
2.02.03	Tributos Diferidos	7.395	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.395	0
2.03	Patrimônio Líquido	74.987	65.235
2.03.01	Capital Social Realizado	42.745	42.822
2.03.02	Reservas de Capital	9.287	9.870
2.03.04	Reservas de Lucros	22.198	12.312
2.03.04.01	Reserva Legal	8.550	8.566
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	13.648	3.746
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	757	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	0	231
2.03.08.01	Reserva de Avaliação Patrimonial Reflexa	0	231

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	20.280	519
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.629	-560
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	21.076	0
3.04.04.01	Reconhecimento inicial de ativo financeiro	20.918	0
3.04.04.02	Resultado de alienação de investimento	158	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	833	1.079
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	20.280	519
3.06	Resultado Financeiro	4.923	7.685
3.06.01	Receitas Financeiras	5.447	7.685
3.06.02	Despesas Financeiras	-524	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	25.203	8.204
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.005	-789
3.08.02	Diferido	-7.005	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	18.198	7.415
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	18.198	7.415
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,27272	0,11112
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,27272	0,11075

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	18.198	7.415
4.02	Outros Resultados Abrangentes	757	82
4.02.03	Efeito reflexo de Entidades de Previdência Privada	0	82
4.02.07	Ativos disponíveis para venda, líquido de impostos	757	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	18.955	7.497

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-938	1.736
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.209	2.419
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos	25.203	7.415
6.01.01.02	Juros e Variações monetárias	-4.769	-4.890
6.01.01.03	Reconhecimento inicial de ativo financeiro	-20.918	0
6.01.01.04	Resultado de avaliação do investimento	-158	0
6.01.01.05	Resultado Equivalência Patrimonia	-833	-1.079
6.01.01.06	Despesa de Tributos	266	973
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	271	-683
6.01.02.02	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	256	0
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-6	-674
6.01.02.04	Contas a Pagar e outros	21	-9
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	238	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.708	-19.758
6.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-3.708	-19.758
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.408	-18.022
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.815	24.837
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.407	6.815

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	42.822	9.870	12.311	0	232	65.235
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	42.822	9.870	12.311	0	232	65.235
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-77	0	9.902	-18.213	0	-8.388
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.746	0	0	-3.746
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-3.800	0	-3.800
5.04.08	Redução de Capital	-77	0	0	0	0	-77
5.04.09	Dividendos Complementares	0	0	0	-765	0	-765
5.04.10	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	13.648	-13.648	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-583	0	18.198	525	18.140
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.198	0	18.198
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	525	525
5.05.02.06	Efeito reflexo custo atribuído ativo imobilizado	0	0	0	0	-571	-571
5.05.02.07	Efeito reflexo entidades de previdência privada	0	0	0	0	339	339
5.05.02.08	Ativos disponíveis para venda, líquido de impostos	0	0	0	0	757	757
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	-583	0	0	0	-583
5.05.03.02	Realização de reserva reflexa	0	-583	0	0	0	-583
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-15	15	0	0
5.06.04	Reversão de Reservas	0	0	-15	15	0	0
5.07	Saldos Finais	42.745	9.287	22.198	0	757	74.987

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	17.885	9.870	43.261	0	182	71.198
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	17.885	9.870	43.261	0	182	71.198
5.04	Transferências de Capital com os Sócios	24.937	0	-30.949	-7.448	0	-13.460
5.04.01	Aumentos de Capital	24.937	0	-24.937	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	3.746	-3.746	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-9.758	-3.708	0	-13.466
5.04.14	Dividendos prescritos na CPFL	0	0	0	6	0	6
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.448	49	7.497
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.415	0	7.415
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	33	49	82
5.05.02.06	Efeito Reflexo custo atribuído ativo imobilizado	0	0	0	33	-33	0
5.05.02.07	Efeito Reflexo Entidades de previdência privada	0	0	0	0	82	82
5.07	Saldos Finais	42.822	9.870	12.312	0	231	65.235

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.629	-376
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.629	-376
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.629	-376
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.629	-376
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	27.098	8.764
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	833	1.079
7.06.02	Receitas Financeiras	5.189	7.685
7.06.03	Outros	21.076	0
7.06.03.03	Alienação de Investimento	158	0
7.06.03.04	Reconhecimento Inicial de Ativo Financeiro	20.918	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	25.469	8.388
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	25.469	8.388
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.271	973
7.08.02.01	Federais	7.271	973
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	18.198	7.415
7.08.04.02	Dividendos	18.198	3.708
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	0	3.707

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(valores expressos em milhares de reais)

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da Bonaire Participações S.A. ("Bonaire" ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados comparativos em relação ao exercício de 2015, exceto quando especificado em contrário.

Perfil Corporativo

A Bonaire é uma sociedade por ação, de capital aberto, atualmente com sede na Cidade e no Estado do Rio de Janeiro, constituída em 29 de agosto de 1997, cujo objeto social é a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, quotista ou consorciada.

A sua atividade preponderante é a participação como acionista da *holding* CPFL Energia S.A. ("CPFL"), que através de suas subsidiárias: (i) distribui energia elétrica para consumidores em suas áreas de concessão, (ii) gera energia elétrica e está desenvolvendo projetos de geração e (iii) comercializa energia elétrica e fornece serviços de valor agregado relacionados ao setor elétrico.

Aspectos Econômicos e Financeiros

Receita Financeira

Em 2016, a Bonaire registrou receita financeira líquida de R\$ 4.923 (R\$ 7.415, em 2015) composta, basicamente, pelo rendimento sobre as aplicações financeiras e atualização monetária de impostos e recuperar, classificados no ativo não circulante cujo saldo é atualizado pela taxa SELIC.

Despesas Gerais e Administrativas

Em 2016 as Despesas Gerais e Administrativas somaram R\$ 1.629 (R\$ 376, em 2015) devido, principalmente, às despesas com publicações legais e com a contratação de assessores e advogados.

Por tratar-se de uma empresa de participação, as atividades da Bonaire são realizadas por seus diretores, não havendo funcionários contratados.

Lucro Líquido do Exercício

O Lucro Líquido da Bonaire, ao final do exercício de 2016, foi de R\$ 18.198, apresentando um acréscimo de 145,42% em relação ao ano anterior (R\$ 7.415, em 31 de dezembro de 2015) e correspondeu a um lucro básico por ação ordinária de R\$ 0,27272 (R\$ 0,11112 em 31 de dezembro de 2015).

Remuneração dos Acionistas

A Política Indicativa de remuneração anual mínima aos acionistas assegura a previsibilidade quanto ao recebimento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio calculados em 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, conforme disposto no artigo 31 do estatuto social da Companhia:

Relatório da Administração

“Artigo 31:

A Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Parágrafo Único: As demonstrações financeiras demonstrarão a proposta da administração de destinação da totalidade do lucro líquido do exercício, se houver, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral.”

Em linha com esse compromisso, a Bonaire anuncia a remuneração aos acionistas, conforme a seguir:

	2016
Lucro líquido do exercício	18.198
Reversão de reserva legal	15
JCP deliberados RCA 28/12/2016	(3.800)
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório	(765)
Dividendos adicionais propostos	(13.648)
Total distribuído	<u>(18.198)</u>
Percentual da distribuição proposta em relação ao lucro líquido do exercício	100%

Mercado de Capitais

As ações ordinárias da Bonaire são listadas no Mercado de Balcão Organizado da BM&FBOVESPA sob o código BNPA3B. As mesmas não possuem um mercado ativo de negociação.

Audidores Independentes

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte) foi contratada pela Bonaire para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte não prestou, em 2016, serviços não-relacionados à auditoria externa.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Deloitte prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras e de revisão das informações intermediárias, a Revisão do ECF para envio à Receita Federal.

A Bonaire adota a prática de não contratação dos auditores independentes para a prestação de serviços que não sejam relacionados à auditoria. Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção, a contratação ou destituição dos auditores independentes.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2017

Bonaire Participações S.A.

Temóteo Roberto Brito de Miranda
Diretor de Relações com Investidores

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Bonaire Participações S.A. (“Bonaire” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 29 de agosto de 1997, tendo por objeto social a participação como acionista da *holding* CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”).

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua da Assembleia, nº 10, 37º andar, sala 3701 (parte), Centro, na Cidade e no Estado do Rio de Janeiro.

A investida CPFL Energia é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como *holding*, participando no capital de outras sociedades, dedicadas primariamente às atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica no Brasil.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 24 de março de 2017.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia faça julgamentos na determinação e no registro de estimativas.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, avaliações de riscos em contingências, provisões para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares.

Notas Explicativas

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros:

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros:

i) Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após o reconhecimento inicial, pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

O principal ativo financeiro que a Companhia tem classificado nesta categoria é o caixa e equivalente de caixa.

- Passivos financeiros:

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não possui passivos financeiros relevantes.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Capital social:

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Notas Explicativas

3.2 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão classificadas como empréstimos e recebíveis mensuradas ao custo amortizado e, portanto, estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos “*pro-rata temporis*” até a data do encerramento do exercício.

3.4 Impostos e contribuições a recuperar

São demonstrados pelos valores originais, atualizados monetariamente de acordo com as disposições legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

3.5 Outros ativos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores de custo e, quando aplicável, incluídos os rendimentos e reduzidos aos valores de realização.

3.6 Investimentos

O CPC 18 (R2) define que influência significativa é o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas. Desta forma a Companhia adotava o Método de Equivalência Patrimonial em Coligada para avaliação de seu investimento na CPFL Energia.

Em 18 de setembro de 2016, a Companhia deixou de fazer parte do Bloco de Controle da CPFL Energia em decorrência da venda, para o seu principal acionista - Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações (“Energia SP FIA”), de 10.000 ações ordinárias vinculadas ao Acordo de Acionistas da investida CPFL Energia. Deste modo, seguindo a orientação do CPC 18 (R2) “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, a Companhia deixou de aplicar o método de equivalência patrimonial, sendo requerida a avaliação do investimento pelo valor justo, conforme evidenciado na nota explicativa 6.

De acordo com o CPC 38 “Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração”, um ativo financeiro é classificado como disponível para venda quando o propósito para o qual foi adquirido não é aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, bem como não há a intenção de manter as aplicações até o vencimento ou ainda quando não estão enquadrados nas demais categorias. O reconhecimento inicial pelo valor justo é contabilizado no resultado, e as variações posteriores decorrentes de avaliação ao valor justo são registradas no resultado abrangente, líquidos de efeitos tributários.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade.

Notas Explicativas

Para valorização a valor justo deste instrumento financeiro a Companhia utilizou como referência o preço das ações ordinárias da CPFL Energia (CPFE3) negociadas em bolsa, no fechamento de 29 de dezembro de 2016.

3.7 Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

3.8 Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social.

De acordo com as práticas contábeis, CPC 24 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado, só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, serão mantidos no patrimônio líquido, em conta de "Dividendo adicional proposto", em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das referidas demonstrações.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários. A declaração de dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre o capital próprio recebem o mesmo tratamento dos dividendos e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio é contabilizado a débito no patrimônio líquido quando de sua proposição pela Administração, por atenderem, neste momento, o critério de obrigação.

3.9 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber /compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes do exercício são calculadas e registradas conforme legislação vigente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no ajuste de avaliação patrimonial que já são reconhecidos líquidos destes efeitos fiscais.

3.10 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quanto aplicável, as provisões são apuradas através do desconto

Notas Explicativas

dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.11 Reconhecimento das receitas

A receita é reconhecida pela Companhia na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A principal receita que a Companhia fez jus está discriminada a seguir:

Receitas financeiras - Abrange receitas incidentes em juros auferidos sobre aplicações financeiras e atualizações monetárias incidentes sobre impostos a recuperar.

3.12 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41.

3.13 Novas normas e interpretações adotadas

Foram emitidas e/ou revisadas diversas normas pelo IASB e CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2016:

Alterações as IFRS – Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2012-2014

As alterações incluídas nas Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2012-2014 não tiveram impacto significativo sobre as divulgações ou valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

- Alterações à IFRS 11/CPC 19 (R2) – Contabilização para aquisições de participações em operações em conjunto

As alterações à IFRS 11/CPC 19 (R2) fornecem instruções para contabilização de aquisições de negócios em conjunto que constituam um “negócio” pela definição estabelecida na IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

Estas alterações estabelecem os princípios relevantes na contabilização de uma combinação de negócios no que se refere ao teste de recuperabilidade de um ativo para o qual o ágio originado na aquisição de um negócio em conjunto foi alocado. Os mesmos requerimentos devem ser aplicados na formação de um negócio em conjunto se, e apenas se, um negócio previamente existente for beneficiado pela combinação de negócios em uma das partes participantes. Também é requerido que um negócio em conjunto divulgue as informações relevantes requeridas pela IFRS 3/CPC 15 (R1) e outras normas de combinação de negócios.

A aplicação das alterações à IFRS 11/CPC 19(R2) não causou impactos relevantes em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

3.14 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e conseqüentemente a Companhia não as adotou, seguem abaixo:

Notas Explicativas

- IFRS 9 - Instrumentos financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)

Estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em duas categorias: (i) mensurado no reconhecimento inicial pelo valor justo; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles estão detidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

A adoção está prevista para a partir de 1º de janeiro de 2018, incluindo as alterações relacionadas ao *impairment*, mensuração e classificação.

Com base em uma avaliação preliminar da adoção inicial desta alteração, a Companhia estima que não haverá impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

- IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa – Alterações à IAS 7 (Vigência a partir de 01/01/2017)

Tal alteração tem por objetivo fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores.

Com base em uma avaliação preliminar da adoção inicial desta alteração, a Companhia estima que não haverá impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

IAS 12 Tributos sobre o lucro - Alterações à IAS 12 (Vigência a partir de 01/01/2017)

Tal alteração visa esclarecer que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil.

Com base em uma avaliação preliminar da adoção inicial desta alteração, a Companhia estima que não haverá impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Aplicações Financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	<u>2.407</u>	<u>6.815</u>
	<u>2.407</u>	<u>6.815</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que se aproximam do seu valor de mercado.

Notas Explicativas

As aplicações financeiras realizadas pela Bonaire consistem em aplicação no fundo de investimento de curto prazo, Bradesco FIC FI referenciado DI Especial, administrado pelo Banco Bradesco S.A. e cuja política de investimento consiste na aplicação de recursos em operações de renda fixa no curto prazo, com o objetivo de acompanhar a média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Estas aplicações possuem característica de atender compromissos de curto prazo, são imediatamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança no valor.

5 TRIBUTOS A RECUPERAR

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 os tributos compensáveis são compostos, principalmente, por imposto de renda retido na fonte incidente sobre aplicações financeiras e antecipações de imposto de renda e contribuição social.

Os saldos são compostos como se segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante		
Imposto de Renda antecipado	-	126
Contribuição Social antecipada	-	74
Total	<u>-</u>	<u>200</u>
Não-Circulante		
Imposto de Renda antecipado	52.143	46.659
Contribuição Social antecipado	5.243	4.865
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	5	612
Total	<u>57.391</u>	<u>52.135</u>

Os tributos a recuperar classificados no ativo circulante correspondem aos montantes estimados a serem utilizados até o fim exercício social, em contrapartida aos tributos devidos até aquela data, basicamente, provenientes de apurações tributárias mensais nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430 de 27 de dezembro de 1996 e de Imposto de Renda Retido na Fonte.

No ativo não circulante, a Companhia mantém os créditos tributários não utilizados no ano corrente além de imposto de renda retido na fonte incidente no resgate de aplicações financeiras mantidas pela Companhia.

A Companhia envia regularmente à Receita Federal requerimentos via Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), solicitando as restituições dos créditos de Imposto de Renda e de Contribuição Social pagos a maior e não utilizados para a compensação dos tributos correntes. Em 31 de dezembro de 2016, o montante pleiteado corresponde a R\$ 45.102 e o saldo remanescente do ano calendário de 2014, 2015 e 2016 no valor de R\$ 12.284, será requerido no exercício de 2017.

Notas Explicativas

5.1 Reconciliação dos montantes de Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

	2016		2015	
	IR 25%	CSLL 9%	IR 25%	CSLL 9%
Alíquota do imposto de renda e contribuição social - Legislação				
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	25.203	25.203	8.204	8.204
IRPJ e CSL - Alíquota Nominal	(6.301)	(2.268)	(2.051)	(738)
Equivalência Patrimonial	208	75	270	97
Benefício dos Juros sobre Capital Próprio	950	342	927	334
Crédito fiscal utilizado (não constituído)	(9)	(3)	280	93
Subtotal	(5.151)	(1.854)	(574)	(215)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social - Em relação ao lucro	20,44%	7,36%	7,00%	2,62%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	574	215
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.151	1.854	-	-

5.2 Créditos fiscais não constituídos

O montante de prejuízos fiscais e de base de negativa de CSLL existente no final do ano-calendário 2016 é de R\$ 48.488 (R\$ 48.139 em 2015). Não foi constituído IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre tais créditos.

Com relação às disposições trazidas pela Lei n° 12.973/2014, a qual trouxe mudanças relacionadas aos tributos IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, cuja vigência inicia-se em 1 de janeiro de 2015, a Companhia optou pela adoção antecipada da mesma, que, entretanto, não trouxe impactos contábeis nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

5.3 Impostos Diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste a valor justo do investimento em CPFL Energia, conforme detalhado na Nota 6, calculados pelas alíquotas 25% e 9%, respectivamente, são demonstrados como segue:

	Incidentes sobre o resultado	Incidentes sobre o ajuste patrimonial	Impostos diferidos em 2016
Ajuste ao valor justo do investimento	20.603	1.147	21.750
IR Diferido s/ ajuste a valor justo (25%)	(5.151)	(287)	(5.438)
CS Diferido s/ ajuste a valor justo (9%)	(1.854)	(103)	(1.957)
Total imposto diferido s/ ajuste a valor justo (34%)	(7.005)	(390)	(7.395)

6 INVESTIMENTOS

Investimento em CPFL Energia

A Companhia detinha participação societária de 0,1247% na controlada em conjunto CPFL Energia até 19 de setembro de 2016. Tal participação estava avaliada ao método de equivalência patrimonial (MEP), em conformidade com o CPC 18 "Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto", por exercer influência significativa em decorrência de seu direito de nomear, em conjunto com Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações ("Energia SP FIA"), principal acionista da Bonaire, um membro para o Conselho de Administração e outro para Conselho Fiscal da CPFL Energia.

Notas Explicativas

Em 13 de setembro de 2016, o Conselho de Administração da Bonaire aprovou a venda de 10.000 ações ordinárias de emissão da CPFL Energia vinculadas ao Acordo de Acionistas ao preço unitário de R\$ 23,81 para o Energia SP FIA. Tais ações foram transferidas ao Energia SP FIA em 19 de setembro de 2016, momento o qual a Bonaire deixou de fazer parte do Bloco de Controle da CPFL Energia, passando a deter uma participação de 0,1237% do capital da investida.

Seguindo os critérios estabelecidos pelo CPC 38 “Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração”, a Companhia passou a classificar o investimento, equivalente à 1.259.386 ações da CPFL Energia, como ativo financeiro disponível para venda, o qual está registrado no ativo não circulante, com seus ganhos e eventuais perdas, provenientes de ajuste inicial ao valor justo, registrado no resultado. As variações posteriores no valor justo são registradas no patrimônio líquido, onde permanecerão até a efetiva realização, ou quando uma eventual perda for considerada irrecuperável.

A avaliação do investimento pelo Método de Equivalência Patrimonial até 18 de setembro de 2016 pode ser demonstrado como segue:

	<u>18/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo no início do período	9.570	8.659
Resultado da Equivalência patrimonial	833	1.079
Efeito de equivalência patrimonial sobre o resultado abrangente da investida (a)	(504)	82
Dividendos recebidos e propostos (b)	-	(256)
Dividendos prescritos na investida	<u>2</u>	<u>6</u>
Saldo no final do Período	<u><u>9.901</u></u>	<u><u>9.570</u></u>

(a) Aplicação do percentual de participação da Companhia sobre o resultado abrangente da CPFL Energia.

(b) Na divulgação das demonstrações financeiras do exercício 2015, a CPFL apresentou em sua destinação de lucros a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 205.423, que correspondem ao percentual de participação da Bonaire o recebimento de R\$ 256, apresentado em suas demonstrações como dividendos propostos a receber, e foram pagos em 01 de julho de 2016.

Para valorização a valor justo a Companhia utilizou como referência o preço das ações ordinárias da CPFL Energia negociadas em bolsa (CPFE3) no fechamento de 29 de dezembro de 2016.

Atualização do investimento a valor justo

Investimento em 18/09/2016	9.901
Alienação de 10.000 ações ordinárias CPFL Energia em 19/09/2016	(78)
Entrega de 10.000 ações CPFL Energia com redução de capital em 21/10/2016 (a)	<u>(77)</u>
Investimento em 31/12/2016	9.746
Ajuste a valor justo do investimento inicial em 19/09/2016 (R\$ 24,16 por ação)	20.603
Ajuste a valor justo do investimento de 20/09 a 31/12/2016 (R\$ 25,21 por ação)	<u>1.147</u>
	21.750
Investimento em CPFL energia a valor justo em 31/12/2016	<u><u>31.497</u></u>

(a) Com a redução do capital da Companhia mediante a entrega de 10.000 ações da CPFL Energia ao seu acionista Energia SP FIA, conforme detalhado na nota 7.1.2, a Companhia passou a deter 1.249.386 ações da CPFL Energia.

Notas Explicativas

Composição do ganho do reconhecimento inicial do ativo financeiro

Mudança do tratamento do investimento reconhecido no resultado	20.603
Outros resultados abrangentes reclassificados para o resultado	315
Ganho bruto	<u>20.918</u>

7 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Bonaire está representado por 66.728.878 ações ordinárias escriturais sem valor nominal. A participação acionária está assim distribuída:

Acionistas	<u>Quantidade de Ações (ON)</u>	<u>Participações%</u>
Energia SP FIA	66.728.877	99,99
Demais acionistas	<u>1</u>	<u>0,01</u>
	66.728.878	100,00

O acionista Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações é controlado por fundos de pensão (cotistas), nas seguintes proporções:

<u>Cotistas</u>	<u>%</u>
Fundação CESP	44,39
Fundação SISTEL de Seguridade Social	32,23
Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS	22,78
Fundação SABESP de Seguridade Social – SABESPREV	<u>0,60</u>
	100,00%

7.1.1 Aumento do Capital Social

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, os acionistas aprovaram o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 24.937, por meio da incorporação ao capital social do valor excedente da Reserva de Legal, sem a emissão de novas ações. Em função do referido aumento, o capital social da Companhia passou de R\$ 17.885 para R\$ 42.822.

7.1.2 Redução de Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de agosto de 2016, os acionistas aprovaram a redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 77, sem o cancelamento de ações, por considerá-lo excessivo para a consecução dos objetivos sociais, com base no artigo 173 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S/A”) e a restituição ao acionista Energia SP FIA mediante a entrega de 10.000 (dez mil) ações ordinárias de emissão da CPFL Energia S.A ao valor contábil de R\$ 7,66 (sete reais e sessenta e seis centavos) por ação, na data-base de 31 de julho de 2016.

Respeitado o prazo de 60 dias previsto no §2º do artigo 174 da Lei 6.404/76 para oposição de credores, a redução do capital da Bonaire se tornou efetiva em 10 de outubro de 2016.

Em virtude de tal redução, o capital social da Companhia passou de R\$ 42.822 para R\$ 42.745, não havendo cancelamento de ações de emissão da Bonaire.

Notas Explicativas

7.2 Distribuição de Resultados

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos aos acionistas calculados em 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

A base de cálculo dos dividendos, bem como as antecipações efetuadas e o valor proposto relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, é a seguinte:

	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	18.198
Reversão de reserva legal	15
Juros sobre capital próprio deliberados em RCA de 28/12/2016 (a)	(3.800)
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório	(765)
Dividendos adicionais propostos	<u>(13.648)</u>
Total distribuído	<u>(18.198)</u>
Percentual da distribuição proposta em relação ao lucro líquido do exercício	100%

- (a) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de dezembro de 2016, foi deliberada a distribuição de juros sobre capital próprio referente à antecipação do resultado do exercício de 2016 no montante de R\$ 3.785 e correspondente a R\$ 0,056946859 por ação do capital social e R\$ 15 referente à reversão da reserva legal, conforme comentado abaixo;

7.3 Reserva de Lucros

a) Reserva Legal

A reserva legal é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social na base de 5% do Lucro Líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo desta reserva é de R\$ 8.550 (R\$ 8.565 em 31 de dezembro de 2015). Tal redução foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2016, que deliberou juros sobre capital próprio no montante de R\$ 15, equivalente ao excesso remanescente do saldo desta reserva, em virtude da redução do capital social ocorrida, conforme determinação do artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

b) Dividendos adicionais propostos

De acordo com as práticas contábeis, a parcela que excede ao dividendo mínimo obrigatório só será provisionada após aprovação em Assembleia Geral Ordinária, momento pelo qual passa a atender aos critérios de obrigação conforme determinado pelo CPC 25. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia destinou ao patrimônio líquido na conta de "Dividendos Adicionais Propostos" o montante de R\$ 13.648.

Ressalta-se que em 29 de janeiro de 2016 a Companhia pagou aos seus acionistas juros sobre capital próprio, relativos ao exercício de 2015, no valor de R\$ 3.708. Adicionalmente, na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de dezembro de 2016 foi deliberado o montante de R\$ 3.800 a título de juros sobre o capital próprio.

8 LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do lucro por ação básico foi baseado no lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados.

Notas Explicativas

Especificamente para o cálculo do lucro por ação diluído, consideram-se os efeitos dilutivos de instrumentos conversíveis em ações, conforme demonstrado:

	2016	2015
Lucro líquido do período	18.198	7.415
Média ponderada do número de ações em circulação	66.728.878	66.728.878
Lucro básico por ação ordinária	0,27272	0,11112
Lucro disponível aos acionistas	18.198	7.415
Efeito dilutivo reflexo de debêntures conversíveis da CPFL Renováveis(*)	-	(25)
Lucro disponível aos acionistas	18.198	7.390
Média ponderada do número de ações em circulação	66.728.878	66.728.878
Lucro diluído por ação ordinária	0,27272	0,11075

(*) Proporcional ao percentual de participação da Companhia na coligada nos respectivos períodos.

O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por subsidiárias da CPFL Energia. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias das controladas no início de cada exercício.

9 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2016	2015
Serviços (consultoria, infraestrutura e outros)	(1.405)	(208)
Propaganda e publicidade	(41)	(51)
Associações e entidades de classe	(88)	(74)
Outras	(95)	(43)
	(1.629)	(376)

10 RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro da Companhia provém basicamente de remunerações de aplicações financeiras em fundo de investimento de curto prazo e atualização monetária de impostos a recuperar cujo saldo incide taxa SELIC. Além disso, a Companhia reconhece mensalmente a variação monetária passiva de CDI sobre o montante de dividendos a pagar.

	2016	2015
Renda de aplicações financeiras	420	2.795
Variação monetária ativa s/ tributos a compensar	5.293	4.890
PIS e COFINS sobre receita financeira	(266)	(184)
Variação monetária passiva s/ dividendos a pagar	(524)	-
Total	4.923	7.501

11 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados dos ativos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Notas Explicativas

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

a) Ativos financeiros:

Os ativos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

Natureza	Categoria	Nível (*)	2016		2015	
			Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Nível 1	2.407	2.407	6.815	6.815
Investimento CPFL Energia	Disponíveis para venda	Nível 1	31.497	31.497	-	-

O investimento em ações da CPFL Energia, classificados como disponíveis para venda e mensurados pelo valor justo por meio dos outros resultados abrangentes, estão registrados no ativo não circulante e os ganhos e eventuais perdas, provenientes de ajuste ao valor justo, são registrados no patrimônio líquido, onde permanecerão até a efetiva realização dos títulos, ou quando uma eventual perda for considerada irre recuperável, de acordo com o CPC 38.

Quanto à valorização dos Instrumentos Financeiros, o CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são: (i) Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; (ii) Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços) e, (iii) Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Risco de crédito:

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista a natureza das operações da Companhia.

c) Risco de taxa de juros:

O resultado financeiro da Companhia está suscetível a variações decorrentes das operações com aplicações financeiras indexadas ao CDI. Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em resultado financeiro menor por conta de flutuações nas taxas de juros, que reduzem as receitas financeiras relativas a estas aplicações.

Notas Explicativas

d) Risco de taxa de câmbio:

A Companhia não está suscetível a este risco, uma vez que não possui operações atreladas a moeda estrangeira.

e) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação da taxa de juros, conforme demonstrado:

Supondo: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2016 seja mantido, e (ii) que o CDI anual acumulado nos últimos 12 meses, para esta data base, permaneça estável (CDI: 14% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para os próximos 12 meses seria uma receita financeira líquida de R\$ 338. Caso ocorram oscilações no CDI de acordo com os três cenários definidos, o valor da receita financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário 1 (*)	Redução do índice em 25% (**)	Redução do índice em 50% (**)
Instrumentos financeiros ativos	2.407	baixa do CDI	(63)	(131)	(200)
	2.407		(63)	(131)	(200)
Total de redução da receita financeira			(63)	(131)	(200)

(*) Para a análise de sensibilidade do cenário 1 foi considerado o CDI de 11,40% conforme informações disponibilizadas pelo mercado e comparadas com o CDI acumulado dos últimos 12 meses.

(**) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de redução dos índices foram aplicados sobre os índices do cenário 1.

12 TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a redução de capital mencionada na nota explicativa 7.1.2, no valor de R\$ 77, não envolveu caixa e, portanto, não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa.

13 PARTES RELACIONADAS E REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A Companhia é controlada pelo fundo Energia São Paulo FIA, que por sua vez é controlado pelos seguintes fundos de pensão (quotistas do fundo): (a) Fundação CESP, (b) Fundação SISTEL de Seguridade Social, (c) Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, e (d) Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV.

A Companhia não realizou qualquer pagamento ao pessoal-chave da administração, assim como não há remuneração baseada em ações da própria Companhia ou incentivos de longo prazo.

A Exímia Capital Partners Ltda, a partir de 01 de agosto de 2015, substituiu o BNY Mellon na prestação de serviços aos membros do Conselho de Administração e a Diretoria da Bonaire, os quais incluem: (i) Assessoramento contábil; (ii) administração de tesouraria; (iii) controle de custos; (iv) suporte aos trabalhos de natureza jurídica; (v) serviços de controle do patrimônio, do fluxo de dividendos e outros recebíveis da

Notas Explicativas

CPFL Energia (vi) cumprimento de obrigações legais exigidas pelos órgãos reguladores do mercado e (vii) assessoramento de conselheiros e/ou diretores em reuniões de Conselho de Administração ou de Diretoria.

14 EVENTOS SUBSEQUENTES

Na Reunião do Conselho de Administração da CPFL Energia realizada em 05 de janeiro de 2017 foram deliberados dividendos intermediários referentes ao resultado apurado no 1º semestre de 2016, no valor de R\$ 0,217876793 por ação ordinária. Tais dividendos foram pagos à Companhia no montante de R\$ 272 em 23 de janeiro de 2017.

* * *

Martin Roberto Glogowsky – Diretor Presidente
Carlos Alberto Cardoso Moreira – Diretor Administrativo
Temóteo Roberto Brito de Miranda – Direto de Relações com Investidor
Marcelo Martins da Fonseca – Contador CRC RJ 086974/O

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Bonaire Participações S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Bonaire Participações S.A. ("Bonaire" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bonaire em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Investimentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, no dia 13 de setembro de 2016 a Companhia aprovou a venda de 10.000 ações ordinárias de emissão da CPFL Energia S.A. vinculadas ao acordo de acionistas e estas ações foram transferidas ao Energia SP FIA, controlador da Companhia, no dia 19 de setembro de 2016. Com a venda destas ações a Companhia perdeu a influência significativa que exercia sobre a CPFL Energia S.A. e conseqüentemente, o restante do investimento devido na CPFL Energia S.A., que era até àquela data contabilizado pelo método de equivalência patrimonial, passou a ser contabilizado como um ativo financeiro, classificado como disponível para venda. Por ser uma transação fora do curso normal da Companhia, bem como pelo julgamento exercido pela Administração com relação a alteração da avaliação contábil do investimento, consideramos este item como um principal assunto de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) testes sobre a venda das ações ordinárias vinculadas ao acordo de acionistas por meio de revisão de atas e documentação comprobatória da venda, (ii) análise das bases contábeis que suportam o registro do ativo financeiro, classificado como disponível para venda e (iii) testes sobre a valorização do ativo financeiro.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 24 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Christian Canezin

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 237470/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A

Rio de Janeiro, 24 de março de 2017.

Os diretores da Bonaire, para fins do disposto nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Bonaire relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Atenciosamente,

Martin Roberto Glogowsky – Diretor Presidente

Carlos Alberto Cardoso Moreira – Diretor Administrativo

Temóteo Roberto Brito de Miranda – Direto de Relações com Investidor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A

Rio de Janeiro, 24 de março de 2017.

Os diretores da Bonaire, para fins do disposto nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Bonaire referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Atenciosamente,

Martin Roberto Glogowsky – Diretor Presidente

Carlos Alberto Cardoso Moreira – Diretor Administrativo

Temóteo Roberto Brito de Miranda – Direto de Relações com Investidor